

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE **PROCESSO** **CIVIL**

4.ª edição

Volume 3

**TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE
PROCEDIMENTOS DIFERENCIADOS**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PARTE I

A TEORIA DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. O MITO DO PROCEDIMENTO UNIFORME	25
CASO	30
2. A FALSA LIGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS À VISÃO IMANENTISTA DA AÇÃO	31
CASO	34
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁ- RIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	35
CASO	37
4. O DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO	39
4.1. As diversas necessidades de tutela do direito material.....	39
4.2. A tutela dos menos favorecidos economicamente	41
4.3. A tutela dos direitos transindividuais	43
4.4. A observância de outros valores	45
4.5. As ações constitucionais	45
CASO	47
5. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”	49
CASO	51
6. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E A CONSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO.....	53

6.1.	Regras abertas no CPC/1973.....	53
6.2.	A flexibilização procedimental no CPC/2015. Alteração de procedimento por negócios processuais e pela iniciativa do juiz.....	54
CASO		56

PARTE II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1.	O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS....	59
1.1.	Títulos extrajudiciais e condenação judicial. Primeiras distinções necessárias	59
1.2.	Os títulos extrajudiciais.....	64
1.2.1.	Questões prévias	64
1.2.2.	Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais	67
1.2.3.	Os títulos executivos no direito brasileiro	68
1.2.4.	Atributos do título executivo extrajudicial	75
1.2.5.	Títulos executivos extrajudiciais e sua conversão para títulos judiciais.....	77
1.3.	Aspectos comuns das várias modalidades de execução de títulos extrajudiciais.....	78
1.3.1.	Introdução	78
1.3.2.	A instauração do processo de execução	79
1.3.3.	A cumulação de ações executivas	83
1.3.4.	A disponibilidade do processo executivo.....	84
1.4.	Particularidades do processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial	85
1.4.1.	Questões preliminares.....	85
1.4.2.	A fase inicial do procedimento	86
1.4.3.	A citação do executado	89
1.4.4.	As condutas autorizadas ao executado	91
1.4.5.	Outras particularidades da execução pecuniária de títulos extrajudiciais	94
1.5.	Particularidades da execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa fundada em títulos extrajudiciais	95
1.5.1.	Aspectos gerais da execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	96

1.5.2.	Prestações de fazer	98
1.5.3.	Prestações de não fazer	100
1.5.4.	Prestações de entrega de coisa.....	102
1.6.	A execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial..	106
1.7.	A execução de prestação alimentícia fundada em título extrajudicial....	108
1.8.	Os embargos à execução.....	110
1.8.1.	Introdução	110
1.8.2.	Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução	111
1.8.3.	O efeito suspensivo dos embargos à execução	115
1.8.4.	O procedimento dos embargos à execução.....	116
1.8.5.	Sentença e apelação nos embargos à execução	118
1.8.6.	A impugnação de questões posteriores ao momento de oposição dos embargos à execução	119
1.8.7.	Os embargos na execução por carta	120
1.9.	A execução fiscal	121
1.9.1.	Considerações iniciais	121
1.9.2.	O título executivo na execução fiscal.....	123
1.9.3.	O início da execução fiscal.....	124
1.9.4.	Penhora, avaliação e depósito de bens	126
1.9.5.	A defesa do executado	126
1.9.6.	A satisfação do exequente.....	128
1.9.7.	Suspensão e extinção da execução fiscal	128
1.9.8.	Considerações finais.....	130
CASO.....		132
2.	A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	133
2.1.	O direito material à consignação	133
2.2.	As hipóteses legais para a consignação.....	136
2.3.	A tutela jurisdicional da consignação.....	137
2.3.1.	Legitimidade para a consignatória	138
2.3.2.	Competência para as ações de consignação em pagamento	139
2.3.3.	Procedimento da consignatória	140
2.3.3.1.	A fase extrajudicial	140
2.3.3.2.	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil.....	142

2.3.3.2.1.	A fase inicial.....	142
2.3.3.2.2.	A consignação das prestações vincen- das	143
2.3.3.2.3.	A resposta do réu.....	145
2.3.3.2.4.	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente	146
2.3.3.2.5.	A dúvida sobre quem possa legítima- mente receber a prestação.....	147
2.3.3.2.6.	A sentença da ação de consignação em pagamento	148
2.3.3.3.	A consignação em pagamento na Lei de Locações	149
2.3.3.3.1.	A fase inicial.....	149
2.3.3.3.2.	A resposta do réu.....	150
2.3.3.3.3.	A complementação do depósito inicial	151
2.3.3.3.4.	A sentença da ação consignatória de locações.....	153
CASO		154
3.	A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	155
3.1.	O dever de prestar contas e o direito de exigi-las.....	155
3.2.	A ação de prestação de contas.....	156
3.3.	O procedimento para exigir contas.....	158
3.4.	A prestação de contas exigida incidentalmente em outro processo	161
CASO		163
4.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	165
4.1.	Considerações introdutórias	165
4.2.	As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação rei- vindicatória.....	166
4.3.	A fungibilidade da proteção possessória	167
4.4.	Cumulação de pedidos em tutela possessória.....	168
4.5.	Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa	170
4.6.	Reserva de cognição no processo possessório.....	170
4.7.	Ação de força velha e ação de força nova.....	173
4.8.	Proteção possessória provisória e caução	175
4.9.	As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	176

4.9.1.	Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse	176
4.9.2.	O interesse jurídico na proteção possessória	177
4.9.3.	O caso peculiar do contrato de leasing	180
4.9.4.	A <i>causa petendi</i> das ações possessórias	181
4.9.5.	Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse	182
4.10.	O interdito proibitório	186
4.10.1.	Procedimento do interdito proibitório	187
4.11.	Ações possessórias e conflitos coletivos sobre imóveis	187
4.11.1.	A citação dos réus na demanda possessória coletiva.....	188
4.11.2.	A liminar nas demandas possessórias coletivas de força velha..	189
4.11.3.	A efetivação da decisão nas ações possessórias coletivas	191
CASO.....		192
5.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	193
5.1.	Considerações preliminares	193
5.2.	Objeto da ação de dissolução parcial de sociedade	195
5.3.	Partes da ação de dissolução parcial de sociedade.....	196
5.4.	Procedimento	198
CASO.....		202
6.	INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA.....	203
6.1.	Considerações introdutórias	203
6.2.	Inventário negativo	204
6.3.	O inventário.....	205
6.3.1.	Competência para o inventário.....	207
6.3.2.	Legitimação para o inventário	207
6.3.3.	O inventariante e o administrador provisório	208
6.3.4.	Cumulação de ações no inventário.....	211
6.3.5.	Procedimento do inventário	211
6.3.5.1.	As primeiras declarações	211
6.3.5.2.	As citações e manifestações sobre as primeiras declarações.....	212
6.3.5.3.	O herdeiro preterido	214
6.3.5.4.	As colações.....	214

6.3.5.5.	Sonegação	215
6.3.5.6.	Repercussões fiscais e avaliação do espólio	216
6.3.5.7.	O pagamento de dívidas	218
6.4.	Partilha	219
6.4.1.	Procedimento da partilha judicial	220
6.4.2.	Desfazimento da partilha	222
6.5.	Arrolamento	223
6.5.1.	O arrolamento sumário	223
6.5.2.	O arrolamento comum	224
6.6.	Medidas assecuratórias e satisfativas de urgência em inventário e arrolamento	225
6.7.	Sobrepilha	225
6.8.	Inventário extrajudicial	226
CASO		227
7.	EMBARGOS DE TERCEIROS	229
7.1.	Observações introdutórias	229
7.2.	Natureza dos embargos de terceiro	230
7.3.	Cabimento e conteúdo	230
7.4.	Legitimidade	231
7.5.	Prazo	233
7.6.	Competência	235
7.7.	Procedimento	235
7.8.	Os embargos de terceiro fundados em garantia real	238
CASO		239
8.	OPOSIÇÃO	241
8.1.	Considerações gerais	241
8.2.	Requisitos	242
8.3.	Procedimento	242
CASO		245
9.	AÇÃO MONITÓRIA	247
9.1.	Considerações preliminares	247
9.2.	Cabimento	248
9.3.	Legitimidade para a ação monitória	248

9.4.	O requisito da prova escrita da obrigação.....	250
9.5.	Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	252
9.6.	Competência para a ação monitória	253
9.7.	Procedimento da ação monitória.....	253
9.7.1.	O mandado monitório e a citação do réu	254
9.7.2.	As atitudes do réu.....	255
9.7.3.	O cumprimento espontâneo da prestação.....	255
9.7.4.	Os embargos à ação monitória.....	256
9.7.5.	Outras respostas do réu na ação monitória.....	258
9.7.6.	Antecipação de tutela na ação monitória	258
9.7.7.	Sequência do procedimento no caso de apresentação dos embargos à monitória.....	260
9.7.8.	Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado.....	260
9.7.9.	Sequência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória.....	261
9.7.10.	Fase executiva e nova defesa do requerido	261
9.8.	Ação monitória proposta contra a Fazenda Pública.....	262
CASO		263
10.	HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	265
10.1.	Questões introdutórias.....	265
10.2.	O penhor legal	265
10.3.	Procedimento da homologação judicial.....	267
10.4.	A homologação extrajudicial de penhor legal	270
CASO		272
11.	PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	273
11.1.	Noções preliminares	273
11.2.	Condições de admissibilidade	274
11.3.	Procedimento	276
CASO		278
12.	USUCAPIÃO.....	279
12.1.	O direito à usucapião	279

12.2.	Requisitos para a usucapião.....	280
12.3.	A ação de usucapião no CPC de 2015	282
12.3.1	Legitimidade	282
12.3.2	Competência	283
12.3.3	Procedimento da usucapião.....	284
12.3.4	O procedimento da usucapião especial de imóveis rurais	286
12.4.	O requerimento extrajudicial de usucapião.....	287

PARTE III

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1.	AÇÃO DE DESPEJO	291
1.1.	Observações introdutórias	291
1.2.	A ação de despejo.....	293
1.2.1.	Competência	293
1.2.2.	Legitimidade	293
1.2.3.	Procedimento	294
1.2.3.1.	A liminar em ação de despejo	295
1.2.3.2.	A resposta do réu em ação de despejo	297
1.2.3.3.	O despejo por falta de pagamento de aluguéis.....	297
1.2.4.	Sentença, efetivação e recursos	300
CASO		302
2.	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA.....	303
2.1.	Introdução	303
2.2.	Terras devolutas	303
2.3.	Discriminação das terras devolutas.....	306
2.3.1.	A discriminação na via administrativa	306
2.3.2.	A ação discriminatória	308
CASO		314

PARTE IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	317
1.1.	Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis	317

1.2.	Princípios fundamentais	318
1.2.1.	Oralidade.....	319
1.2.2.	Simplicidade.....	320
1.2.3.	Informalidade	321
1.2.4.	Economia processual.....	322
1.2.5.	Celeridade	322
CASO.....		324
2.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS.....	325
2.1.	Introdução	325
2.2.	Competência	325
2.3.	Da conciliação e da arbitragem.....	329
2.4.	Capacidade para atuar no Juizado Estadual	330
2.4.1.	A capacidade genérica.....	330
2.4.2.	A capacidade para ser autor	331
2.4.3.	Capacidade postulatória.....	331
2.5.	Procedimento diferenciado	332
2.6.	Recursos e meios de impugnação	337
2.7.	Os Juizados Especiais Estaduais da Fazenda Pública.....	339
CASO.....		341
3.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	343
3.1.	Generalidades e noções fundamentais.....	343
3.2.	Capacidade processual para os Juizados Federais.....	344
3.3.	Competência	346
3.4.	O procedimento.....	349
3.5.	Arbitragem e Juizado Especial Federal.....	350
3.6.	Os recursos nos Juizados Especiais Federais	351
3.7.	A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais	354
CASO.....		356

PARTE V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	359
1.1.	Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras	359

1.2.	O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	361
1.3.	Perfil constitucional do mandado de segurança	362
1.4.	A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança	363
1.4.1.	Mandado de segurança preventivo e repressivo.....	364
1.4.2.	Prazo para a impetração	366
1.4.3.	Legitimação.....	367
1.4.4.	Competência	371
1.4.5.	Interesse processual.....	372
1.4.6.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	374
1.4.7.	Procedimento	376
1.4.7.1.	A medida liminar	378
1.4.7.2.	As informações da autoridade coatora	380
1.4.7.3.	A sequência do procedimento	382
1.4.8.	Sentença	383
1.4.9.	Recursos	388
1.4.10.	Coisa julgada.....	391
1.5.	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional	392
1.6.	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	393
1.6.1.	A legitimação para o mandado de segurança coletivo.....	394
1.6.2.	Objeto do mandado de segurança coletivo.....	395
1.6.3.	Procedimento	395
1.6.4.	Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	396
CASO		399
2.	<i>HABEAS DATA</i>	401
2.1.	Questões preliminares	401
2.2.	Pedido administrativo de informações e retificações.....	403
2.3.	Competência para o <i>habeas data</i>	404
2.4.	Procedimento	405
2.5.	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	408
CASO		409
3.	<i>AÇÃO POPULAR</i>	411
3.1.	As ações coletivas como garantia constitucional	411

3.2.	Conformação e limitações do direito à tutela coletiva pelo direito infraconstitucional.....	414
3.3.	O desenho constitucional da ação popular.....	415
3.3.1.	Extensão da proteção no nível constitucional.....	415
3.3.2.	Legitimidade	417
3.4.	O tratamento infraconstitucional da ação popular.....	419
3.4.1.	Competência	421
3.4.2.	Legitimidade passiva e assistência	422
3.4.3.	Procedimento	423
3.4.4.	A sentença	424
3.4.5.	Os recursos.....	426
3.4.6.	A coisa julgada	427
3.4.7.	O cumprimento da sentença em ação popular	428
CASO.....		430
4.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	431
4.1.	Primeiras considerações	431
4.2.	História do mandado de injunção no STF	432
4.3.	Escopo do mandado de injunção	441
4.4.	Natureza mandamental?	443
4.5.	Legitimidade	447
4.6.	Medida liminar	449
4.7.	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	452
4.7.1.	Dever de legislar.....	452
4.7.2.	Mora do legislador	454
4.7.3.	Norma insuficiente e omissão parcial	456
4.7.4.	Norma não autoaplicável.....	458
4.7.5.	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	459
4.8.	Cosa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	461
4.9.	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada ..	461
4.10.	Retroatividade apenas para beneficiar	462
4.11.	Eficácia “natural” da coisa julgada	462
4.12.	Eficácia dos precedentes.....	463

4.13. O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	464
4.14. Procedimento do mandado de injunção	468
CASO	469

PARTE VI

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1. FILOSOFIA DAS AÇÕES COLETIVAS.....	473
CASO	476
2. SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	477
CASO	484
3. LEGITIMIDADE PARA A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR MEIO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	485
3.1. O sistema positivo brasileiro	485
3.2. O reflexo do sistema de legitimação na realidade	489
CASO	492
4. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS	493
4.1. Considerações gerais	493
4.2. Tutelas e sentença na ação para a proteção de direitos difusos e coletivos	496
4.3. Efetivação das sentenças que tutelam direitos difusos e coletivos	498
CASO	500
5. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	501
5.1. Considerações gerais	501
5.2. Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	510
5.3. Sentença de condenação genérica	511
5.4. Liquidação	512

5.5. Execução	513
5.6. Ação coletiva inibitória contra o uso de cláusulas gerais abusivas	515
CASO	517
6. COISA JULGADA, LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO NAS AÇÕES COLETIVAS	519
6.1. A coisa julgada nas ações coletivas	519
6.2. A litispendência em relação aos processos coletivos	527
6.3. Conexão nas ações coletivas	529
CASO	532
7. PROCESSOS COLETIVOS ESTRUTURAIS.....	533
CASO	544

PARTE VII

O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	547
1.1. A filosofia da arbitragem	547
1.2. O caráter não jurisdicional da arbitragem.....	548
2. SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM	553
2.1. As partes e o objeto da arbitragem.....	553
2.2. O árbitro.....	555
3. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	557
4. O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM.....	561
4.1. Questões gerais.....	561
4.2. Medidas de urgência em arbitragem.....	565
4.3. A carta arbitral.....	570
5. A SENTENÇA ARBITRAL.....	573
6. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	577
7. A EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	579

8. SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS.....	581
CASO.....	584
SOLUÇÕES DOS CASOS	585
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	601